

ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

Análise da Formação e da Estrutura Produtiva de uma Freguesia Sul Mineira: Itajubá (1766-1810)

Juliano Custódio Sobrinho*
Graduando em História – UFJF

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar alguns apontamentos, relativos à formação e à estrutura produtiva da freguesia de Itajubá e proximidades. Pertencente a Comarca do Rio das Mortes, a freguesia foi criada em 1724, com a portaria expedida por D Rodrigo de Menezes, governador de São Paulo. Com o tempo, Itajubá seria incluída no termo de Campanha da Princesa. Tentaremos apresentar as principais atividades econômicas desenvolvidas e dados gerais sobre a estrutura social, no período abarcado, a partir da análise decorrida nos inventários post mortem, que se encontram no Arquivo do Fórum Venceslau Brás, da atual localidade. Ressaltamos, que este trabalho, ainda em andamento, apresenta dados iniciais, que vem a confirmar às pesquisas, acerca da diversidade econômica das freguesias do sul de Minas, ligadas, principalmente, à produção de alimentos e/ou à criação de animais, nesse período, acentuando-se pelo XIX.

Palavras-chave: Sul de Minas; Itajubá; Estrutura produtiva.

Introdução

Até a década de 70, do século passado, era ainda difícil, no campo da historiografia brasileira, vislumbrarmos uma lógica de funcionamento da economia colonial, que não estivesse voltada somente ao mercado externo. Dessa forma, alguns estudiosos dedicaram-se a pesquisas e a criação de conceitos, que melhor definissem seus discursos das análises macro, da qual faziam acerca do funcionamento colonial. Assim, tornava-se incoerente e inóportuno, para aquele momento, falar de uma produção destinada a uma mercantilização interna.¹

* Bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPEMIG do projeto “D’Além mar as terras do ouro: os homens ricos nos caminhos das minas.”, sob orientação da Profª Drª Carla Maria Carvalho de Almeida.

¹ Alguns autores poderiam ser citados, em relação a esse tipo de temática, na qual deixaram grandes obras de referências, que acabaram por incentivar as novas pesquisas, mesmo que essas rumassem para uma percepção de uma lógica colonial, que perpassasse a mercantilização externa.

Com o tempo, um olhar mais atento ao processo de funcionamento colonial e suas especificidades seria apontado por alguns autores. A questão do mercado interno ganhava grande aval, a partir de contribuições advindas de trabalhos, como de João Fragoso, que traria uma explicação da sociedade colonial, a partir de uma percepção também interna.² Segundo Fragoso, a economia escravista-colonial não seria apenas um mero reflexo de determinações externas e nem se resumiria a agroexportação.

De posse dessas mesmas idéias, que se tornaram correntes no campo historiográfico brasileiro, mais precisamente, os estudos em História Econômica e Social, apresentaremos uma proposta de pesquisa, que possui como objeto de estudo, uma freguesia, chamada Itajubá e suas proximidades, numa região conhecida como o sul de Minas, em fins do século XVIII e inicio do século XIX.

Pretendemos apresentar nesse texto, os primeiros resultados, dessa pesquisa inicial, acerca da formação e estrutura produtiva e de posses de escravos, dessa freguesia e suas proximidades, em um período que a Capitania passa por um momento conhecido por “acumulação evolutiva”, de sua produção econômica e freqüente importação de cativos.³

Além de procurar uma caracterização dessa região do sul mineiro - tendo como referência a freguesia citada, apontando suas especificidades – temos como objetivo, ao fim desse projeto, traçar uma comparação com outros trabalhos já realizados, a respeito de outras regiões mineiras, que também nos serve de aporte teórico.⁴ Tais trabalhos confirmaram hipóteses para uma possível diversificação econômica, que extrapolassem uma economia mineira colonial simplesmente mineradora.

Assim, a região conhecida como sul de Minas, já havia passado por hipóteses e propostas de trabalho, que levaram a conclusões de que esta região estaria incluída a essa tendência econômica, especializada na produção agropecuária e abastecimento mercantil.⁵ Contudo, a região sul mineira ainda sofre de maiores estudos e é fulcral o

² O trabalho de Fragoso apontaria importantes reflexões, sobre certa região fluminense, abrindo margens a outras pesquisas. Ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul(1750-1770): um estudo de relações não capitalistas de produção.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

³ Na pesquisa realizada por Carla Almeida, para traçar as alterações nas unidades produtivas de Mariana, seu período foi dividido em 3 subperiodos: o primeiro (1750-1770), chamado de “auge minerador”; o segundo (1770-1820), refere-se à “acumulação evolutiva” e o terceiro (1820-1850) à “economia mercantil de subsistência”.

⁴ Serve-nos como parâmetro de trabalho, pesquisas realizadas, como a da autora citada acima. Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas: Mariana – 1750-1850.** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

⁵ Como trabalho de destaque, a respeito dessa proposição, citamos à pesquisa de Alcir Lenharo. Ver: LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** (o abastecimento da corte na formação política do Brasil – 1808-

preenchimento dessas lacunas, a se compreender o papel desse território na historia da Capitania das Minas.⁶

A freguesia, a partir das minas do “Itagybá”

Diante da falta de maiores trabalhos acadêmicos, a respeito dessa região e à falta de acesso a algumas fontes, nessa fase inicial da pesquisa, os trabalhos dos memorialistas serviram-nos de auxílio para compreender a contextualização da freguesia, tomando, é claro, certa precaução para esses tipos de trabalhos.

A história da freguesia de Itajubá esta inserida em uma região, em que o autor Marcos Andrade apresenta como um território conhecido “imprecisamente como o sul de Minas”. Tomando emprestadas as propostas de Ciro Flamarión Cardoso, Andrade atenta-se para a definição da região, baseada em variáveis e hipóteses, sem que essa opção adotada seja a única correta para definir a região.⁷ Obviamente, a região sul mineira, definida hoje, pode não representar o recorte espacial, daquele período.

A procura por terras minerais levaria a ocupação e criação do arraial de Itajubá. Segundo Waldemar Barboza, a partir de uma justificação de 1773, a descoberta dessas minas seria atribuída ao sargento-mor Miguel Garcia Velho⁸; informação que também confirmamos em memorialistas da região. Provavelmente, essa descoberta teria sido anterior a 1723, já que outros documentos citam a presença no local de pessoas vindas de outras regiões.

Desde o inicio, à descoberta das minas do Itajubá esteve sob a jurisdição das autoridades paulistas, que só em 1749, passariam sob domínio da Capitania das Minas. Em seguida, seria permitida a construção de capela para a padroeira Nossa Senhora da Soledade. A freguesia seria criada em 1762, pertencente à Comarca do Rio das Mortes, e tornar-se-ia um julgado, isto é, uma povoação sem pelourinho, nem privilégios de vila, mas com jurisdição própria, que atenderia também às proximidades da freguesia.⁹

⁶ 1842). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, turismo e esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

⁷ Como um esforço de compreensão da região e de auxílio ao nosso trabalho, citamos a pesquisa de Marcos Andrade. Ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Campanha da Princesa**: formação de uma vila no Império. Revista Eletrônica de História do Brasil, v.6, n.2, jul-dez, 2004. pp. 104-131

⁸ Idem. p. 104

⁹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995. p. 111

⁹ GUIMARÃES, Armelim. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1987. p. 41

Aos poucos, o sonho dourado dos povoadores e proprietários do arraial foi se extinguindo, já que as minas logo se esgotaram, não correspondendo a cede de riquezas de seus fundadores. Outra atividade teria que se sobressair então, para a manutenção do povoado. Segundo Armelim Guimarães, o arraial voltaria para o “plantio de cereais, fabrico de rapaduras, queijo e manteiga, criação de aves, cabras, suínos, ovelhas e gado; o que sobrava era comercializado em Guaratinguetá e Lorena, localizadas no vale do Paraíba.¹⁰

Com a exaustão das minas, parte do povoado migrou-se para as margens do Rio Sapucaí, em terras que já possuíam sesmeiros. A nova região seria chamada de Boa Vista do Sapucaí, onde o padre condutor da travessia e fundador do novo povoado, Lourenço da Costa Moreira, a partir de 1819, receberia terras dos proprietários da região para a construção da nova capela e de casas.

Em 1822, a nova capela estava construída e Pe Lourenço conduzia a formação do povoado, na construção das casas, do comércio e de instituições, de acordo com a necessidade. A paróquia se transferiria em 1832, para a nova capela e a sede da freguesia passaria para Boa Vista do Sapucaí ou Itajubá Novo, causando indignação aos moradores da Soledade do Itajubá, ou agora Itajubá Velho (primeiro povoado), que não rumaram juntamente com o Pe Lourenço, permanecendo na primeira povoação, que perderia a condição de freguesia.

Segundo Armelim Guimarães, o Pe Lourenço e as famílias, que com ele foram, “dedicaram-se aos cereais e o gado, a feitura da rapadura, queijos, manteiga e aguardente(...) produtos que escoavam pelas barras do Sapucaí, encontrando comércio nos povoados vizinhos, como Pouso Alegre, Campanha, Baependi, Pouso Alto e outros pontos das Minas, sem os riscos do caminho pela Serra da Mantiqueira, para alcançar o vale”.¹¹ Afirma o autor também, que produtos viam da Corte para a freguesia, como “fazendas, ferragens, louças, sal,... tudo isso, em lombos de burros”.

A vila de Itajubá foi criada pela Lei Nº 355, de 27 de setembro de 1848, com a denominação de Boa Vista do Itajubá, desmembrando-se da vila de Campanha da Princesa.¹² No ano de 1779, a freguesia de Itajubá passaria a pertencer ao novo termo criado da Campanha da Princesa, da qual possuía mais nove freguesias e três julgados, sendo um deles também Itajubá. Provavelmente, esse seria o motivo de ter sido encontrado alguns inventários, que se referem às proximidades da freguesia e que foram

¹⁰ Idem. p. 57

¹¹ Idem. p. 93

¹² BARBOSA, Waldemar. Op. cit., p. 106.

analisados também por essa pesquisa. Itajubá poderia atender, com seu julgado, localidades, que encontravam maior acesso a ela, que os distritos maiores que as englobavam. O acesso a esse julgado talvez teria levado a guarda desses documentos, ao arquivo do fórum, da qual eles pertencem atualmente.

A criação do termo de Campanha da Princesa representava a manifestação das necessidades da região sul mineira, da qual seus habitantes reclamavam da distância da vila de São João del Rei, dos altos impostos pagos aos oficiais de justiça da Comarca do Rio das Mortes, do aumento da população de Campanha e seu termo e a necessidade de implantação de obras públicas.¹³

Apontamentos iniciais: tendências à diversificação produtiva

Como já afirmamos, essa pesquisa está em fase inicial e os dados que iremos apresentar agora correspondem a todos os inventários encontrados para o período proposto, num total de 25, que estão no arquivo do Fórum Venceslau Brás. Esta questão de uma divisão administrativa dos termos, freguesias e paragens é algo bastante confuso e incerto para a delimitação de ordem geográfica. Dessa maneira, constatamos que quando procurados alguns distritos – encontrados na coleta de dados, dos inventários, até o presente momento – na Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837), de Raimundo J. da Cunha Matos, esses não são encontrados. Isso demonstra que alguns distritos poderiam nem se quer ter sido registrados.

Mesmo ainda de posse de poucos inventários, já podemos perceber uma certa tendência para a formação, e unidades produtivas diversificadas, com um significativo número de posse de mão-de-obra escrava, por propriedade. Devido à limitação em números de dados dos inventários analisados até o presente momento, optaremos por uma descrição mais qualitativa das impressões que tivemos, acerca da documentação em estudo. Informações essas que estão se confirmado, quando comparadas com resultados de trabalhos de outros autores, a respeito do sul mineiro.

As atividades consorciadas podem ser uma característica bem parecida das unidades produtivas mineiras. Um mesmo proprietário poderia conjugar vários setores em sua propriedade e isso se intensificaria de acordo com o número de posse de cativos. Na maioria das vezes, poderia ele plantar alimentos, possuir criação de animais, ser comerciante e até mesmo ser proprietário de terras minerais.

¹³ ANDRADE, Marcus Ferreira de. Op, cit. P. 159.

Para o desenrolar de nossa pesquisa, tomaremos emprestado a classificação de tipos de unidades produtivas, propostas por Carla Almeida, em seu trabalho já citado. No caso da pesquisa apresentada por Marcos Andrade, para a região de Campanha, o autor considera como agricultores, todos aqueles indivíduos, que tinham arrolado entre seus bens, no inventário, algum tipo de produção de alimentos; pecuaristas, aqueles que se dedicavam exclusivamente à criação de animais e os agropecuaristas seriam aqueles que apresentam as duas atividades agregadas. As terras minerais foram observadas para a região sul mineira, mas que na análise do autor, não apareceriam sozinhas, ou seja, sempre estavam aliadas a um outro tipo de produção.

Dos inventários analisados, percebemos, perfeitamente até o momento, que nos bens arrolados da maioria das unidades produtivas, há a presença da conjugação de, no mínimo, duas atividades produtoras, como a agricultura e pecuária (61,5%). Isso considerando para a produção agrícola e pecuária, quantidades suficientes de colheita e rebanho, que apontam excedentes, para além do consumo de subsistência dessas unidades. As produções agrícolas arroladas variam entre milho, arroz, feijão e fumo e à criação de animais se destacaram entre gados, porcos, ovelhas e bestas, com relevância para grandes criações de gado e porcos.

Isso também é evidenciado por Marcos Andrade, que os principais gêneros agrícolas encontrados nos inventários seria o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. Segundo o autor, a dieta básica dessa população na região, perpassaria pelos três primeiros tipos de alimentos, além de o milho servir para a alimentação dos animais.¹⁴ Em nossa pesquisa, quase todos os inventários apresentam consideráveis plantações de milho, seja na “roça plantada” ou na forma de “carros de milho no payol”. Esse tipo de cultura já havia sido chamado à atenção antes, tanto de Alcir Lenharo, como de Robert Slenes.¹⁵

Somente três inventários apontaram para a produção de agricultura ou pecuária e quando assim fizeram, a descrição de outros bens arrolados, nos dão pistas de que havia condições para serem ali desenvolvidas atividades conjugadas, em determinado

¹⁴ Idem. p. 121

¹⁵ Para Alcir Lenharo e Robert Slenes, esse tipo de cultura desempenhou importante papel na economia da região, bem como sua exportação para outras províncias, como a Corte. Ver: LENHARO, Alcir. Op. cit. ; SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais, no século XIX.** Cadernos IFCH-UNICAMP, n 17, 1985.

período, na propriedade. Isso pode ser evidenciado, a partir da descrição do inventário de Manuel Rodrigues da Costa.¹⁶

O inventariado possui uma diversificação em sua produção pecuarista bastante considerável. Em sua propriedade havia 34 cabeças de ovelhas, 21 de porcos capados, 14 cabeças de éguas, 9 potros, 5 bestas, 14 bois de carro, 200 cabeças de gado vacum e 88 vacas com suas crias. Produção que, possivelmente, era parte do trabalho dos 17 cativos, descritos no documento. Mesmo demonstrando um expressivo caráter pecuarista, os bens arrolados apresentam a presença de “lambique”, plantação de milho, 6 rodas de fiar e 9 tachos de cobre. O que evidencia que não só de pecuária poderia viver essa unidade relatada.

No caso de unidades produtivas, que apresentaram evidências de lavras, 46% do nosso lote documental, constam de descrições, entre as demais casas de vivenda, paiol, monjolo, matos virgens, capoeiras e logradouros, a presença de “datas de terras minerais, que se acham lavrando”. Alguns documentos apresentam mais de uma descrição para a posse de terras minerais, o que demonstra a vocação mineira para esse tipo de terras e a tentativa de exploração desses metais por todas as suas regiões. Obviamente, não nos padrões de extrações exercidas em Ouro Preto e Mariana, por exemplo, mas que nos demonstram que o sul mineiro também se dedicou a esse ofício. A presença de datas nos inventários de Campanha e seu termo, também é citado por Marcos Andrade, que se atenta para o peso da mineração na região, principalmente em São Gonçalo da Campanha, mas nunca de forma isolada, como já foi dito.¹⁷ Especificamente para a freguesia de Itajubá, as lavras logo se esgotaram e os dados que confirmam a proposição de Marcos Andrade, partem de inventários de regiões próximas a essa freguesia.

Com isso, podemos apontar para a idéia que assim como a freguesia de Itajubá, outras localidades sul mineiras tiveram seu surgimento, a partir da busca pelas famosas datas, que tanto moveram o interesse do Império Português, como dos colonos da Capitania. Como as minas se esgotaram, possivelmente, cedo demais em alguns

¹⁶ Inventário post mortem de Manuel Rodrigues da Costa (1804). Sem código. Arquivo do Fórum Venceslau Brás de Itajubá.

Esse tipo de pesquisa, utilizando inventários como fonte documental, nos levou a uma realidade, distinta de algumas regiões de pesquisa. Os documentos de posse do dito fórum, em número surpreendente, em especial, para todo o século XIX, não apresentam nenhum tipo de organização ou arquivamento, que confira ao pesquisador, condições de acesso a esses. Itajubá não possui ainda um arquivo histórico e as fontes documentais estão espalhadas pela cidade e região. Como na maioria das cidades sul mineiras, da qual temos conhecimento, os documentos encontram-se desorganizados, dificultando o acesso. Para a documentação cartorial do fórum, estamos tentando propor uma certa organização, tanto para caráter de facilitação à pesquisa, quanto para a preservação do patrimônio documental da cidade e da região.

¹⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Op. cit. P. 118.

povoados, a vocação para uma outra performance produtiva ganharia destaque para o sul mineiro.

Dessa forma, a diversificação nas unidades produtivas, atestados nos inventários analisados, dão realmente sinal de que esse caráter múltiplo agropecuarista fez parte dessa região. A proporção das unidades produtivas, nos inventários consultados, até o momento, foram inseridos na divisão realizada por Carla Almeida e outros autores.¹⁸ Nenhuma unidade produtiva foi enquadrada em pequena propriedade, de acordo com o número de posses de cativos. Do total de inventários, 84% das propriedades apresentaram entre 6-20 escravos e 16% das propriedades apresentaram mais de 20 escravos. Como já citamos, além de atividades ligadas à agropecuária, encontramos a presença de atividades minerais, de engenho e comércio. Em relação aos dados apurados por Marcos Andrade, para a presença de engenho e comércio, nossos dados são, relativamente poucos e não temos nenhum exemplo, que indique uma considerável atenção a essas duas atividades, em especial.

A título de exemplificar uma das grandes propriedades encontradas em nosso estudo, que demonstra claramente uma diversificação, como já havíamos falado, apresentamos o inventário de Maria Teresa, residente na paragem de Palmella, em 1777. Por seu falecimento, seu marido, Antonio Jose Rodrigues fez o arrolamento dos bens do casal, apresentando em seus bens de raiz, “casas de moinho, payol, matos virgens, capoeiras e logradouros”, além de declarar “datas de terras minerais”. Declarou também o inventariante possuir 16 carros de milho, “parte no payol e parte na roça”, 60 alqueires de feijão no paiol e 50 alqueires de arroz. Dentre cavalos, potros, éguas e bois de carro, ele descreveu 40 cabeças de gado vacum e 120 cabeças de porcos. Além disso, arrolou sacas de produtos, como sal e sabão, que poderiam não só atender ao consumo de sua propriedade, como também lhe garantir alguns mil-réis a mais, através do comércio na porteira de sua fazenda. Arrolados a esses bens, que nos indicam números para o mercado, 21 escravos faziam parte dessa grande propriedade produtiva.¹⁹

Outro fator a que queremos relevar à formação dessas unidades produtivas, está diretamente vinculado com a hierarquização social dessa região. Essa hierarquização poderia tanto estar vinculada ao montante, quanto da posse de cativos; dados importantes oferecidos pelo tipo de documento que privilegiamos em nossa análise. Até o presente texto, na maioria expressiva de médias propriedades analisadas, podemos

¹⁸ ALMEIDA, Carla. Op. cit.

¹⁹ Inventário de Maria Teresa (1777). Sem código. Arquivo do Fórum Venceslau Brás de Itajubá.

considerar que quanto maior a diversificação e produção de algumas unidades, maior seu poder de hierarquização de seus proprietários sob os demais.²⁰

Francisca Tereza de Jesus, esposa de João Antonio da Fonseca, o inventariante, que declarou os bens do casal, da qual somou um monte-mor de 12:276\$721(doze contos, duzentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e um réis). Dentre os bens arrolados, como – “casas de morada, cobertos de telha e com quintal”, datas minerais, engenho de cana, “fazenda com moinho, mujolo e pombal cobertos”, plantação de milho e cana, 210 cabeças de gado vacum, 29 cabeças de ovelhas, 29 cabeças de porcos, 12 bois de carro, uma escravaria de 25 cativos – estavam presentes inúmeros bens móveis, como utensílios domésticos e de trabalho, mas também objetos que demonstram o status social que faziam valer seu montante (jóias em ouro, prata e diamantes, roupas de tecidos finos e objetos de casa e religiosos, como imagens e oratórios).²¹

No mesmo emaranhado social do sul mineiro, João Gonçalves da Fonseca, inventariava, no ano de 1803, os bens que ficaram de seu pai, com o mesmo nome..Ao fim do inventário, a descrição chegara a um monte-mor de 1:987\$962(um conto, novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e dois réis). Descreve ele apenas um imóvel, duas bestas, alguns indicativos de um roçado, nada de jóias e nem de móveis suntuosos. O plantel é formado por 8 escravos. Em relação a esse último dado, vale ressaltarmos um olhar mais atento a essa composição cativa, que talvez possa reduzir o espaço de atuação na produtividade desses agentes, nessa unidade, e que também possa nos fazer entender, um pouco melhor, o porque de tão poucos bens descritos, pelo mesmo proprietário, apresentados no documento. Dos 8 cativos arrolados, dois deles apresentavam 60 e 65 anos e três eram crianças de 8, 3 e 2 anos de idade no momento do arrolamento do inventário.²²

²⁰ Sobre este assunto e as considerações para a Comarca do Rio das Mortes ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2001.

²¹ Inventário de Francisca Tereza de Jesus(1785). Sem código. Arquivo do Fórum Venceslau Brás de Itajubá.

²² Inventário de João Gonçalves da Fonseca(1803). Sem código. Arquivo do Fórum Venceslau Brás de Itajubá.

Conclusão

O presente texto, como já mencionado, é resultado da análise de dados iniciais de uma pesquisa, acerca da freguesia de Itajubá e proximidades, de acordo com os inventários encontrados no Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Mesmo o reduzido número de documentação analisada, podemos perceber, que seja possível, obtermos caracterizações, a respeito das unidades produtivas da região em foco. Além do exercício à metodologia da pesquisa histórica, este trabalho vem a presenciar o que a historiografia, para essa região, já começava a afirmar desde a década de 80, do século passado, em relação à estrutura produtiva, diversificação econômica e posse de mão-de-obra escrava.

Oxalá seria se no imenso “quebra-cabeça” proposto por essa historiografia, as lacunas pudessem ser preenchidas, com as peças faltantes, de acordo com essas probabilidades desse dinamismo gerado pelo mercado interno em Minas, principalmente no oitocentos. Assim, no bojo dessas novas pesquisas que estão surgindo para a história do sul de Minas, apresentaremos essa pesquisa como uma forma de pequena contribuição.

Óbvio que conclusões mais densas e apuradas são objetivos futuros, para esse trabalho em andamento, que se nutre da temática da micro-história e da história regional, para propor-se a auxiliar num mapeamento da economia local e da estrutura social do sul mineiro colonial.